

GOLPE CONTRA O ESTADO



O governo Temer apresentou no mês de setembro um novo pacote de privatizações, parcerias e concessões. O calendário diz respeito ao biênio 2017 e 2018, e os ativos que despertam o maior interesse do capital internacional são aqueles relacionados ao setor de energia e petróleo. Segundo o governo, o novo saldão tem como objetivo tornar o Estado mais ágil e melhorar o desempenho fiscal da atual gestão. Entretanto, o desmonte do patrimônio público atinge níveis dramáticos e compromete a capacidade futura de atuação do Estado na reativação do ciclo econômico.

O NOVO SALDÃO DE ATIVOS PÚBLICOS DO GOVERNO TEMER

O novo pacote de desestatizações 2017-2018

Em uma tentativa de obter recursos adicionais e conter o rombo fiscal, que mais uma vez foi reajustado para comportar um déficit de 159 bilhões de reais, o governo apresentou, no final de agosto, um plano intenso e acelerado de desinvestimentos com o objetivo de captar cerca de 20 bilhões de reais em 2018. O pacote de vendas e concessões aprovado pelo Conselho de Ministros do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) inclui:

No setor aéreo, a privatização de dezoito unidades, ainda neste ano, dos aeroportos de Congonhas (SP), Vitória (ES), Macaé (RJ), Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Cuiabá (MT), Sinop (MT), Alta Floresta, Rondonópolis (MT) e Barra das

Garças (MT). Além disso, haverá a venda da participação acionária de 49% da operação da Infraero em quatro aeroportos: Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e Confins (MG).

No setor logístico e de terminais, há um calendário de leilões previsto para o ano de 2018, com a venda de catorze terminais: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), três terminais de gás liquefeito de petróleo (GLP), cinco terminais de granéis líquidos em Belém (PA), três terminais de grãos em Paranaguá (PR), um terminal de granéis líquidos em Vila do Conde (PA), um terminal de granel líquido em Vitória (ES), além da antecipação de leilões para o terminal de fertilizantes de Itaqui (MA) e da autorização de estudos para a venda do terminal Agrovia do Nordeste em Suape (PE).

No setor rodoviário deve haver, no quarto trimestre de 2018, o leilão da BR-153 entre Anápolis (GO) e Palmas (TO); e o da BR-364 entre Comodoro (MT) e Vilhena (RO).

No setor de energia e petróleo a redução do nível de investimento já se inicia em ritmo acelerado em 2017. A sinalização para o desmonte do Sistema Eletrobrás deve começar com a venda da usina hidrelétrica de Jaguará e o leilão de onze lotes de linhas de transmissão. Há ainda para os próximos meses a realização da terceira e da quarta rodadas de venda de campos do pré-sal pelo regime de partilha, além do indicativo para a realização da quinta rodada de licitações para os campos maduros e da décima quinta rodada de vendas de blocos de exploração e produção de petróleo e gás.

Por fim, há na lista ainda a indicação de uma parceria público-privada (PPP) para a Rede de Comunicações Integradas do Comando da Aeronáutica (Comaer) e a desestatização da Lotex, da Casa da Moeda, da Companhia Silos e Armazéns e do Ceasa, ambos de Minas Gerais. É importante destacar o fato de que as privatizações têm incidido com mais força nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do que em outras regiões do país. Em certa medida, o desmonte do parque de empresas estatais no Nordeste é também uma forma de dificultar ainda mais a retomada do projeto clássico do chamado lulismo para aquela região num eventual retorno das forças democráticas e populares ao governo central.

Privatização: energia e combustível mais caros

De todos os ativos privatizáveis chama a atenção o papel do setor de energia e petróleo, pois, atualmente cerca de 70% das holdings e subsidiárias de empresas públicas no país estão vinculados ao setor de energia e petróleo.

Os defensores da privatização da Eletrobras têm retomado o argumento de que, no governo Dilma, a Medida Provisória 579/2012, que pretendia reduzir em 20% as tarifas de energia paga pelos consumidores, foi a grande responsável pelo problema financeiro das empresas do grupo Eletrobras. O próprio ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, ao partir desse diagnóstico, sugeriu

que a desestatização deve significar redução de custos, ganhos de eficiência e, em consequência, redução das tarifas. A mesma opinião tem sido adotada pela patronal Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Tal afirmação, entretanto, tem sido ponderada pelos analistas e especialistas no setor, pois parte das privatizações do Sistema Eletrobras tem como objetivo fazer com que a estatal deixe de vender a energia gerada por 35 reais o mega-watt (MWh), valor aquém dos custos. Se o objetivo é aumentar o preço de venda da energia não é razoável imaginar que o preço da tarifa será reduzido, ao contrário, ele deve ser aumentado. Além disso, o governo espera a injeção de cerca de 20 bilhões de reais ou até 30 bilhões de reais de capitais privados, mas os investidores muito provavelmente só colocarão seus recursos nesse negócio se for possível ter retorno total acrescido da remuneração do capital. Lucro este que também só pode ocorrer considerando a elevação da tarifa, segundo a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), portanto deve haver uma alta de 16,7% nas tarifas de energia elétrica.

No que se refere à Petrobras, o novo leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) deve atrair para o mercado doméstico grandes petroleiras internacionais. A oferta de 287 blocos divide-se em bacias marítimas (Campos, Espírito Santo, Pelotas, Santos e Sergipe-Alagoas) e bacias terrestres (Espírito Santo, Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas). Espera-se, com isso, a chegada de mais de vinte petrolíferas de quinze países.

Tal movimento deve ser lido em conjunto com a recente política de atração de importadoras na área de refino e derivados. Em outras palavras, no momento em que o Brasil descobre o pré-sal e poderia transformar-se num player internacional na geopolítica e na geoeconomia do petróleo, inclusive com a possibilidade de influenciar os preços do barril no médio-prazo, a política energética do país abre o mercado e nos torna reféns da ameaça de sermos exportadores de petróleo bruto e importadores de derivados. Tudo isso vinculado a uma política de preços que ligou a bomba do posto de gasolina às flutuações internacionais do mercado

de commodities, gerando um viés de alta nos preços dos combustíveis, notadamente da gasolina e do diesel.

A empresa consolida sua diretriz de atração de capitais externos no lugar de priorizar a soberania e autossuficiência energética nacional com a venda das ações da Braskem, que inicia nos próximos meses, e a abertura de capitais da BR Distribuidora.

O neoliberalismo e a aceleração do desmonte

No caso das desestatizações atuais, o que espanta os analistas dos mais variados espectros ideológicos é o fato de que o governo Temer segue aprofundando os déficits públicos a despeito da venda do patrimônio público, uma venda, a propósito, realizada aos trancos e barrancos, com embargos do Tribunal de Contas da União (TCU), como no caso de ativos da Petrobras; com a venda não só de estatais estratégicas, mas também de empresas públicas com mera função operacional e não de ampliação de investimentos, como é o caso da Casa da Moeda; com mudanças de última hora nos marcos regulatórios para intensificar a atração de capitais estrangeiros, como no caso do petróleo e das águas; com casuísmo e negociações de balcão,

como no caso da decisão de venda de todo o setor elétrico, exceto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), dadas as pressões dos governadores do Nordeste, mas também as barganhas com cargos feitas por intermédio da empresa.

O clientelismo e o fisiologismo do PMDB tornam ainda mais céleres e descoordenadas as ações no âmbito do programa de parcerias para o investimento, de modo que a venda do patrimônio público e o aprofundamento do déficit fiscal andam de mãos dadas.

Vale destacar: executivos dos setores de infraestrutura e bancos de investimento, assim como advogados especializados em parcerias público-privadas e contabilistas especializados em concessões, têm elogiado o novo pacote do PPI. Entretanto, há entre tais atores econômicos um certo consenso de que o governo apresentou uma lista muito grande com um calendário pouco crível. Em outras palavras, mesmo aqueles que fazem uma leitura excessivamente benevolente do governo Temer reconhecem que o plano de desinvestimentos soa mais como um fato político e um esforço de ajuste fiscal do que como uma política capaz de ser levada adiante com a intensidade que o governo promete.